CARTÓRIO CÂMARA – UM SÉCULO NO DOMÍNIO DE UMA FAMÍLIA

Fernando Câmara

Dentro dos importantes acontecimentos que estão sendo recordados nesta VIII Convenção da Família Saraiva Leão, em Tianguá, uma efeméride não poderia deixar de ser festejada pelos presentes, tal como ocorreu no ano passado, no Encontro de Quixadá, quando prestamos merecida homenagem à Tipografia Minerva, na decorrência dos noventa anos de gloriosa existência.

Hoje, aqui estamos para evocar a história de uma repartição pública, muito ligada ao nosso clã, e que neste ano da graça de 1983, completa um século de sua administração pelos antepassados de minha família – os Saraiva Câmaras.

Contando com quase dois séculos e meio de atividades, o Cartório Câmara, em Quixeramobim, tem no Livro de Notas nº 1, a data de 27 de novembro de 1745, figurando como seu primeiro tabelião, Jerônimo César Melo.

Estávamos em pleno Brasil Colônia, e a atual cidade de Quixeramobim, integrando o município de Russas, não passava naqueles recuados tempos de um modesto povoado com a sua capela administrada pelo rico português, Antônio Dias Ferreira, fundador da antiga Fazenda Santo Antônio do Boqueirão, vindo esta propriedade a se transformar mais tarde em nossa cidade natal.

O testamento deste bravo lusitano é datado de 2 de fevereiro de 1753 e representa hoje o seu mais importante documento histórico.

No decorrer dos tempos, outros acontecimentos foram se registrando no Cartório Câmara, tornando aquela repartição pública um ponto de convergência de estudiosos da história cearense, na pesquisa de seu valioso acervo.

Antônio Bezerra, o historiador, mais de uma vez ali esteve mergulhado em seus papéis e, ainda hoje, encontramos assinalados a lápis vermelho dados por ele anotados, considerados de suma importância e transcritos depois em suas fabulosas obras.

O saudoso parente, Ismael Pordeus, a quem Gustavo Barroso considerava o grande historiador cearense, foi outro pesquisador que, indo a Quixera-

mobim, não dispensava uma visita ao Cartório Câmara, sempre em busca de subsídios para seus trabalhos históricos.

Foi lá, quando criança, que conheci, pela primeira vez, dois futuros colegas meus no Instituto do Ceará: Raimundo Girão e Abelardo Montenegro; o primeiro fazendo pesquisas genealógicas e o segundo buscando dados para a sua importante obra sobre a vida de Antônio Conselheiro.

Desta discutida personagem do drama de Canudos, na Bahia, existe, no Livro de Notas nº 35, uma escritura de hipoteca, em que ele reconhecendo uma dívida sua, e outra contraída pelo seu falecido genitor, oferece em garantia a própria casa de morada, localizada na Rua Santo Antônio, hoje rua Cônego Aureliano Mota. Sua assinatura está bem nítida e muito bem legível.

Do Coronel Joaquim Felício Pinto de Almeida e Castro, irmão do Padre Miguelino, e que fez parte da Junta Governativa da Revolução de 1824, encontrei muitos documentos, entre os quais, destaco uma escritura no Livro de Notas nº27.

Em 1883, o atual Cartório Câmara passa a ter como titular Júlio Pinto de Mendonça Caminha, esposo de minha tia-avó, Francisca Maria de Castro Caminha, iniciando assim o seu domínio pelos meus antepassados.

Durante o seu tabelionato ocorreu em Quixeramobim o assassinato do Comendador José Nogueira de Amorim Garcia, chefe político da terra, e que tanta celeuma causou em sua época.

O seu processo ainda hoje se encontra ali arquivado, merecendo de Gustavo Barroso uma reportagem na revista O CRUZEIRO, e a sua inclusão em seu livro À MARGEM DA HISTÓRIA DO CEARÁ.

Falecendo no exercício do cargo, em 1º de setembro de 1903, Júlio Pinto de Mendonça Caminha foi substituído pelo concunhado, Alfredo Rodrigues Machado, chefe da política aciolina em Quixeramobim e esposo de minha tia-avó, Maria do Rosário de Castro Machado (Marica Machado).

Ele era também comerciante e relutou muito em aceitar o cargo, impondo ainda uma condição: só aceitaria o tabelionato se fosse nomeado Promotor de Justiça de Quixeramobim o seu amigo Cel. João Paulino de Barros Leal.

O então Presidente do Ceará, José Acioli, atendeu o pedido e fez a nomeação de ambos.

O seu primeiro documento público é datado de 20 de junho de 1904, e se refere ao testamento firmado pelo nosso parente, Antônio Galdino Saraiva Nicod, e sua esposa e prima, Thereza Clotilde Saraiva Nicod (Tetesinha de Nicod), esta, por sinal, madrinha de minha inesquecida mãe, Heloísa Câmara.

Ninguém, até hoje, desfrutou de tanto prestígio na política de Quixeramobim do que este saudoso tabelião, pessoa de total confiança do governo aciolino, e durante esta oligarquia, nada se fazia em nosso município sem que ele fosse antes ouvido ou consultado.

Espírito público e democrático, era respeitado até pelos seus adversários políticos, porque agia sempre com justiça e dentro da lei.

Nada usufruía em proveito próprio e, quando faleceu no exercício do cargo, em 8 de junho de 1916, Alfredo Rodrigues Machado deixou a viúva, minha tia-avó, Maria do Rosário de Castro Machado, com filhos menores e em situação financeira das mais precárias.

Coube a meu venerando pai, Miguel Fenelon Câmara, a honra de substituí-lo, sendo designado 1º Tabelião Público de Quixeramobim.

Contava, na oportunidade apenas 23 anos de idade, mas tinha a responsabilidade, a competência e a honestidade necessárias para o desempenho desta função pública, que exerceu com dedicação total, durante 46 anos de sua gloriosa existência.

A nomeação feita pelo então Presidente do Estado, Dr. João Thomé de Saboya e Silva, é datada de 11 de novembro de 1916, e, no dia 27 daquele mesmo mês e ano, meu pai entrava no exercício do cargo, do qual veio a se aposentar em 22 de maio de 1962.

Em seu longo e profícuo tabelionato, de quase meio século, a repartição passou a se chamar Cartório Câmara, nome hoje reconhecido por todos os demais órgãos do Poder Judiciário cearense.

A exemplo de seus antecessores, meu pai militava na política mas nunca exorbitou de sua função de Serventuário Público: no cartório recebia e atendia a todos indistintamente; em casa, quase todas as noites, era o ponto de reunião dos políticos, e aí se decidiam os destinos do município.

Em certa ocasião disse-me o saudoso Desembargador Manuel Sales de Andrade:

"O Tribunal do Ceará sabe que o seu pai milita na política de Quixeramobim, mas sabe também que ele não leva a mesma para o seu cartório, e nem os assuntos desta repartição para o conhecimento dos políticos".

Era uma realidade, porque durante os 46 anos de seu tabelionato jamais o Cartório Câmara, agora dirigido pelo meu caro irmão, José Homero Saraiva Câmara, foi alvo de qualquer denúncia em suas atividades.

Na minha infância, tinha como um dos passatempos ficar ali, entretendo-me a escrever em uma velha máquina ou a folhear alguns almanaques antigos, existentes em seus arquivos.

Local preferido para reunião das autoridades judiciárias do município, inclusive advogados da capital, ou das cidades vizinhas, que vinham tratar de interesses de seus clientes, foi em uma dessas reuniões que ouvi pela primeira

vez, um dos presentes declinar o nome de Clodoaldo Pinto, considerando-o, a maior autoridade cearense em Direito Penal e um dos insignes juristas do Brasil.

A partir deste instante comecei a admirar o grande mestre, que seria mais tarde outro companheiro meu e dedicado amigo do Instituto do Ceará.

Clodoaldo já não pertence a este mundo menor, mas a sua amizade permanece viva, através de sua dileta filha, a minha estimada prima e amiga Maria Nilda Saraiva Pinto Leone, aqui presente em nossa Convenção, juntamente com o seu esposo, Professor George Leone e filhos.

Quando retornando do Norte tentei novamente a vida aqui no Ceará, fui convidado pelo atual titular do Cartório Câmara, meu irmão José Homero Saraiva Câmara, para trabalhar naquela repartição, mas não aceitei, preferindo dedicar minhas atividades na área empresarial, onde ainda me encontro, agora às portas de uma merecida aposentadoria, depois de 35 anos de lutas incenssantes.

Mas, foi ali, no Cartório Câmara, ao lado de meu venerando pai, que pude pesquisar e obter muitos informes sobre a história de nossos antepassados, escrevendo, depois, O ÁLBUM GENEALÓGICO DAS FAMÍLIAS SILVA CÂMARA E SARAIVA LEÃO, trabalho este ainda inédito.

No Governo Parsifal Barroso, meu pai Miguel Fenelon Câmara obtém a merecida aposentadoria de Serventuário Público, sendo na oportunidade substituído pelo seu filho, José Homero Saraiva Câmara, conforme nomeação de 10 de abril de 1962.

A sua posse ocorreu no dia 9 de maio seguinte, conservando ele até hoje a administração do Cartório Câmara, com o mesmo espírito de justiça e honestidade, que serviu de lema ao nosso querido genitor e aos seus antecessores.

Exmas. Autoridades, Prezados Convidados e Caros Parentes.

Ao encerrar estas minhas palavras, nesta justa e merecida homenagem de nossa Convenção ao Cartório Câmara, em Quixeramobim, repartição esta muito ligada à história de nossa família, reverencio com todo respeito e admiração a memória de todos os seus titulares, desde aquele Jerônimo César Melo, que foi o primeiro tabelião a ocupar o cargo em 1745, até a figura austera de Alfredo Rodrigues Machado, a quem meu pai sucedeu no cargo em 1916.

Peço a Deus Pai e a Virgem Maria, que todos eles se encontrem na Pátria Celestial, que é o lugar dos justos e dos que cumpriram a sua lei.

Agradeço à Divina Providência, que ainda mantém em nosso meio, como uma dádiva preciosa, a existência de meu venerando pai, Miguel Fenelon Câmara, Patriarca da Família Saraiva Câmara, e a quem, todos nós, seus dedicados filhos, devemos o sucesso de nossa vida.

Que Deus Todo Poderoso, o proteja sempre e, também, a meu caro irmão, José Homero Saraiva Câmara, atual detentor do cargo, para que este, sob as bençãos do Divino Espírito Santo, continue realizando uma profícua e honrada administração, mantendo, assim, a tradição de nosso querido genitor e de todos os seus dignos e honrados antecessores.